

80 anos de história, protegendo o que é mais importante para você.
Assegure-se de viver!



SEGUROS SURA S.A.

CNPJ nº 33.065.699/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Seguros SURA, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

I. CONTEXTO

A Seguros SURA celebrou 80 anos de existência em 2024, com 8 anos de atuação no Brasil, sendo o 4º maior grupo segurador da região. Somos parte do Grupo SURA, e hoje, presente em 7 países da América Latina (Colômbia, Brasil, Chile, México, Panamá, República Dominicana e Uruguai), a Seguros SURA conta com mais de 60 mil funcionários (mais de 370 no Brasil em 19 cidades), administrando mais de 73 milhões de clientes, sendo parte das empresas que atendem 15% da população latino-americana.

No Brasil, a Seguros SURA atua com um portfólio que abrange mobilidade (transportes, automóvel e bicicletas), vida e negócios (vida em grupo, acidentes pessoais, empresariais, responsabilidade civil e residencial), oferecendo soluções eficazes e relevantes para empresas e pessoas. A Seguros SURA destaca-se pela inovação e guia suas ações pelos princípios de equidade, transparência, responsabilidade e respeito.

II. ESTRATÉGIA

Nossa estratégia é entregar bem-estar e competitividade sustentável para as pessoas e empresas, através do Talento Humano, do financiamento e da gestão de tendências e riscos, para atrair, fidelizar e crescer com nossos clientes e gerar rentabilidade superior ao custo de capital, por meio de: i) crescimento renovável; ii) modelo operacional eficiente e flexível; iii) diversificação de acesso; iv) desenvolvimento e otimização do portfólio; e v) fidelização e ressignificação dos perfis do Talento Humano da Seguradora.

Em 2024 a Seguradora iniciou um programa de transformação no qual planeja investir mais de R\$ 100 milhões para os próximos anos, com o objetivo de modernizar a arquitetura tecnológica e explorar novas tendências de inovação que permitam trazer experiências personalizadas e eficientes para os clientes e parceiros.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Alinhada à estrutura de Governança Corporativa e ao compromisso de garantir que os princípios corporativos da equidade, responsabilidade, respeito e transparência possam reger suas decisões, a Seguros SURA conta com um sistema integrado de controles internos e metodologias de gestão, assegurando a continuidade dos negócios, disciplina técnica, cumprimento normativo e operações transparentes, ampliando a visibilidade e confiança aos mais diversos stakeholders em sua atuação no Brasil.

Além disso, a Seguros SURA promove ações contínuas para disseminar a cultura ética e de conformidade, alinhando-se aos critérios e requisitos estabelecidos em suas políticas e diretrizes de Governança Corporativa, tanto locais quanto do Grupo. Dessa forma, garante que suas atividades, processos, produtos e serviços estejam plenamente adequados ao ambiente regulatório e seus respectivos requisitos.

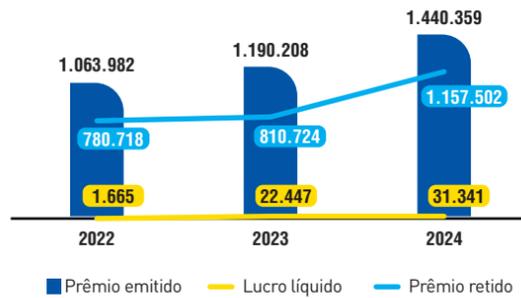
A Seguros SURA também investe no desenvolvimento contínuo de capacitações internas, para identificar preventivamente, mitigar, mensurar, monitorar e tratar os riscos a curto, médio e longo prazos, contribuindo para a sustentabilidade de sua estratégia corporativa. Com a Governança Corporativa robusta, buscamos entregar a competitividade sustentável, qualidade, confiança e integridade das informações e dos reportes financeiros e contábeis, proporcionando aos diversos stakeholders a transparência necessária para fortalecer relações de curto e longo prazo.

IV. DESEMPENHO ECONÔMICO

De acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o setor de seguros no Brasil apresentou um crescimento significativo em 2024. A arrecadação de seguros de danos e pessoas (exceto VGBL) apresentou um aumento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Seguros SURA seguiu o mercado e apresentou um crescimento de 21% em relação ao mesmo período de 2023, mantendo o foco na diversificação e rentabilidade de seus portfólios.

Além do crescimento da receita, o lucro da Seguradora registrou uma evolução expressiva, com um CAGR de 333,86% entre 2022 e 2024. O prêmio retido (prêmio emitido líquido de resseguro), indicador essencial para a sustentabilidade da operação, também apresentou crescimento relevante, reforçando a expansão da Seguros SURA e sua consolidação no mercado.

Valores expressos em milhares de reais



O portfólio de frotas de automóveis encerrou o exercício de 2024 com um crescimento acima de 25% em prêmios emitidos. Esse resultado de crescimento nesta solução é reflexo do reconhecimento e alto nível de competitividade amparado por uma competência técnica ímpar que a Seguradora tem neste segmento. A margem de rentabilidade técnica deste portfólio ficou acima dos 15% no ano, o que representa uma melhora de 3 pontos percentuais neste indicador. Para 2025, manteremos a disciplina técnica de subscrição e reforçaremos as melhorias operacionais em seus processos, visando redução nos custos operacionais e entrega de maior competitividade e rentabilidade desta solução. Esse avanço será impulsionado pelo programa de transformação em andamento, que está sendo implementado de forma estruturada e progressiva. A carteira de transportes fechou o exercício com um crescimento de 30%, e segue sendo representativa para a Seguros SURA em termos de prêmios e rentabilidade. Nesta carteira, a Seguradora se posiciona como uma das principais seguradoras do mercado brasileiro, sendo referência no seguro para embarcadores (nacional e internacional), e uma das líderes de mercado, com inovações, processos operacionais e oferta de seguros e serviços para vários segmentos do setor de transporte e logística.

Na carteira de seguros de automóveis individuais, a Seguradora apresentou um crescimento acima de 30%, mantendo bons níveis de rentabilidade. Este portfólio é parte do processo de diversificação da Seguros SURA, com desenvolvimento de um modelo operacional escalável de vendas e processos digitalizados. A Seguradora seguirá com a estratégia de desenvolvimento do portfólio de seguros de automóveis para os próximos anos, visando atender a novos segmentos de veículos.

Como parte importante do processo de diversificação, a Seguros SURA segue investindo na otimização dos processos de venda e pós-venda de seguros patrimoniais, em especial nos ramos de seguros empresariais e residenciais, que apresentaram crescimento acima de 30%. O desenvolvimento desses portfólios é uma alavanca importante para a estratégia de gestão e relacionamento com nossos canais. O crescimento dessas soluções no canal corretor foi de 40%. Nos últimos anos, a Seguradora vem investindo, e seguirá investindo, em tecnologia modernizando as ferramentas que permitam a escalabilidade e maior recorrência de negócios, gerando assim, mais valor ao cliente e corretor.

A carteira de seguros de pessoas, vida em grupo e acidentes pessoais, que representou 10% do volume de prêmios emitidos em 2024, cresceu 6% em prêmios emitidos em relação ao ano anterior, mantendo o foco no segmento de pequenas e médias empresas e nichos de mercado que necessitam de uma solução diferenciada. O resultado técnico desta solução, que se encontra ainda em desenvolvimento, apresentou uma piora no exercício de 2024, sendo necessários ajustes em processos de subscrição de riscos, visando garantir uma melhor performance para o próximo exercício, bem como maior crescimento em novos segmentos. Este é um portfólio estratégico para a Seguradora, em que continuaremos potencializando o desenvolvimento de novos negócios e diferenciais da solução, e que seguirá contribuindo para promover a diversificação dos prêmios emitidos da Seguradora.

O canal Corretor apresentou crescimento acima de 28% em prêmios emitidos no exercício de 2024, em comparação ao ano anterior, se mantendo como o principal modelo de distribuição da Seguros SURA. A Seguradora seguirá investindo em ferramentas que potencializem a conexão com os canais e gere recorrência de negócios e a fidelização de seus corretores e clientes. O canal de Afiliados entregou um crescimento acima de 9% em prêmios emitidos em comparação a 2023. Trata-se de um canal importante para a Companhia, em que a Seguradora continuará com o desenvolvimento de novas parcerias, pois acelera o processo de diversificação e manutenção da rentabilidade.

A Seguradora segue reforçando a sua governança e gestão de performance, com o objetivo de garantir que os portfólios gerem a rentabilidade esperada, dando continuidade na estratégia de acelerar a sua diversificação e escalabilidade, por meio dos nossos canais de distribuição e soluções de seguro.

V. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, corretores, parceiros de negócios, fornecedores, resseguradores, e à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e confiança depositados na Seguros SURA Brasil. À nossa equipe de colaboradores, nossos sinceros agradecimentos pela dedicação, disciplina e pelo comprometimento demonstrado na realização e na manutenção dos negócios, que são a base para continuarmos nosso crescimento no país com confiança no futuro.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		1.315.885	1.104.022	Circulante		1.319.213	1.226.361
Disponível		8.715	5.561	Contas a pagar	14	154.062	115.797
Caixa e bancos		8.715	5.561	Obrigações a pagar		76.101	53.769
Aplicações	6	230.220	89.126	Impostos e encargos sociais a recolher		50.717	33.537
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	701.631	578.124	Encargos trabalhistas		8.432	7.324
Prêmios a receber		631.882	527.738	Impostos e contribuições		6.235	6.310
Operações com seguradoras		14.181	10.274	Outras contas a pagar		12.577	14.857
Operações com resseguradoras		55.568	40.112	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	314.761	346.115
Ativos de resseguro	8	242.781	305.842	Prêmios a restituir		3.543	2.764
Títulos e créditos a receber		8.418	4.934	Operações com seguradoras		26.946	20.584
Títulos e créditos a receber		2.812	55	Operações com resseguradoras		169.507	228.183
Créditos tributários e previdenciários	9	4.854	3.188	Corretores de seguros e resseguros		114.765	94.584
Outros créditos		752	1.691	Depósitos de terceiros	16	3.170	9.506
Outros valores e bens		15.195	23.367	Provisões técnicas - Seguros	17	846.958	752.887
Bens à venda	10	15.195	23.367	Danos		823.732	729.334
Empréstimos e depósitos compulsórios		652	652	Pessoas		23.226	23.553
Despesas antecipadas		55	44	Outros débitos	13	262	2.056
Custos de aquisição diferidos	17	108.218	96.372	Débitos diversos		262	2.056
Seguros		108.218	96.372	Passivo não circulante		400.657	336.777
Ativo não circulante		755.800	778.804	Contas a pagar	14	6.458	7.492
Realizável a longo prazo		682.216	729.690	Obrigações a pagar		6.458	7.492
Aplicações	6	193.010	335.916	Débito das operações com seguros e resseguros	15	-	711
Crédito das operações com seguros e resseguros	7	79.882	11.200	Operações com seguradoras		-	711
Prêmios a receber		79.666	10.290	Provisões técnicas - Seguros	17	159.416	94.132
Operações com seguradoras		216	910	Danos		156.800	90.752
Ativos de resseguro	8	17.244	12.419	Pessoas		2.616	3.380
Títulos e créditos a receber		362.464	350.890	Outros débitos	19	224.731	221.364
Créditos tributários e previdenciários	9	73.500	75.420	Provisões judiciais		210.474	203.432
Depósitos judiciais e fiscais	19	288.964	275.470	Provisão atuarial - benefício pós-emprego	20	12.645	12.805
Outros valores e bens	13	10.252	15.421	Outras provisões		1.612	5.127
Empréstimos e depósitos compulsórios		659	1.266	Débitos diversos	13	10.052	13.078
Custos de aquisição diferidos	17	18.705	2.578	Patrimônio líquido	21	351.815	319.688
Seguros		18.705	2.578	Capital social		362.222	362.222
Imobilizado	11	15.638	3.382	Reservas de reavaliação		(167)	(953)
Bens móveis		7.446	2.143	Prejuízos acumulados		(10.240)	(41.581)
Outras imobilizações		8.192	1.239	Total do passivo e patrimônio líquido		2.071.685	1.882.826
Intangível	12	57.946	45.732				
Outros intangíveis		57.946	45.732				
Total do ativo		2.071.685	1.882.826				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento/Redução de capital (em aprovação)	Reservas de reavaliação	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	329.226	15.654	1.106	(64.040)	281.946
Aumento de capital AGE 08/11/2022 Processo SUSEP nº 15414.630141/2022-81	15.654	(15.654)	-	-	-
Aumento de capital AGE 03/05/2023 Processo SUSEP nº 15414.616518/2023-70	17.342	-	-	-	17.342
Reserva de reavaliação	-	-	(2.059)	-	(2.059)
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico	-	-	(3.432)	-	(3.432)
Efeitos tributários sobre resultado abrangente	-	-	1.373	-	1.373
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.447	22.447
Outros	-	-	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2023	362.222	-	(953)	(41.581)	319.688
Reserva de reavaliação	-	-	786	-	786
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico	-	-	1.310	-	1.310
Efeitos tributários sobre resultado abrangente	-	-	(524)	-	(524)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.341	31.341
Saldo em 31 de dezembro de 2024	362.222	-	(167)	(10.240)	351.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Seguros SURA S.A., doravante referida também como "Seguradora" ou "Companhia", é subsidiária do Grupo SURA, empresa de origem colombiana presente em diversos países da América Latina. Tem por objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, em quaisquer das suas modalidades, tal como definido na legislação em vigor, operando através de sucursais nos principais centros econômicos do país. A controladora em última instância, o Grupo de Inversões Suramericana S.A., com sede em Medellín, Colômbia, nesse exercício findo, completa 80 anos de história.

A aquisição de controle do grupo colombiano se deu em 2016, e, desde então, a Seguradora encontra-se em um processo contínuo de maturação de seus negócios e plano de crescimento junto ao seu novo controlador. Mudanças importantes no corpo diretivo e estratégia de negócios vêm sendo fatores importantes, que consequentemente têm se demonstrado nas operações da Seguradora.

Durante os exercícios de 2023 e 2024, a Seguradora manteve seu posicionamento de mercado no Brasil atuando em quatro pilares estratégicos: transportes, automóvel frota, seguros para pequenas e médias empresas e afilias.

A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Padre Antônio José dos Santos, nº 1.530, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, desde junho de 2024. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Seguradora em 24 de fevereiro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores. Os ativos e passivos estão avaliados, pelo custo histórico, com exceção:

i. De certos ativos financeiros e bens à venda que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

ii. Das provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e

iii. De provisões judiciais, reconhecidas com base em estimativa.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os saldos de 31 de dezembro de 2023, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Seguradora utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos em contrapartida no resultado financeiro.

b) Segregação entre circulante e não circulante
 A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: (i) espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e/ou (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

c) Uso de estimativas e julgamentos
 A preparação das demonstrações financeiras da Seguradora está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, e a Administração utilizou julgamentos quanto aos cenários futuros, estabelecendo premissas para a determinação de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As notas explicativas apresentadas a seguir (vide nota nº 3) incluem:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação e quantidades de ações)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	23.a	1.440.359	1.190.208
Variações das provisões técnicas de prêmios	23.b	(153.998)	(32.574)
Prêmios ganhos	23.c	1.286.361	1.157.634
Sinistros ocorridos	23.d	(654.985)	(584.296)
Custos de aquisição	23.e	(316.128)	(311.252)
Outras receitas e despesas operacionais	23.f	(32.792)	(28.038)
Resultado com resseguro	23.g	(70.176)	(65.010)
Receita com resseguro		219.130	290.173
Despesa com resseguro		(289.306)	(355.183)
Despesas administrativas	23.h	(184.756)	(162.023)
Despesas com tributos	23.i	(34.716)	(28.487)
Resultado financeiro	23.j	52.469	48.999
Resultado operacional		43.277	27.527
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.k	(164)	23
Resultado antes dos impostos e participações		43.113	27.550
Imposto de renda	24	(6.020)	2.015
Contribuição social	24	(5.752)	(7.118)
Lucro líquido do exercício		31.341	22.447
Quantidade de ações		39.269.781	39.269.781
Lucro líquido por ação		0,80	0,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRA

SEGUROS SURA S.A.
CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

i. Informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas materiais contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;
ii. Informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d) Normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor em 2024
i. **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** A norma entrou em vigor em janeiro de 2024, sendo os critérios para a contabilização dos instrumentos financeiros, bem como os impactos decorrentes de sua adoção, estão detalhados na Nota Explicativa 3.2 abaixo.

ii. **Circular SUSEP 678/22 - Redução ao valor recuperável (RVR):** A norma entrou em vigor em janeiro de 2024 e, entre outros aspectos, passou a exigir que a metodologia para o cálculo da RVR de prêmios a receber, prêmios de resseguro diferido e prêmios de retrocessão diferidos seja baseada em um estudo técnico elaborado pela Administração, considerando os diversos critérios estabelecidos na referida Circular. Adicionalmente, com exceção das contas mencionadas anteriormente, a redução ao valor recuperável de ativos cuja contraparte seja um ressegurador ou retrocessionário deve ser calculada levando em conta o risco de inadimplência de cada ressegurador ou retrocessionário individualmente. Com base nas avaliações realizadas, não foi identificado impacto relevante, exceto pela criação de uma nova rubrica referente à RVR de provisão de sinistros a liquidar de resseguro, em decorrência das alterações introduzidas por esta norma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. São utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, mas não para investimento ou outros propósitos.

3.2. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: mensurado ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram determinados pela Administração na data do reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48):

- i. não atender às outras duas mensurações possíveis (custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes);
- ii. se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (algumas vezes referida como "descasamento contábil") que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48): (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48):

- i. o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- ii. os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

d) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3-Brasil Bolsa Balcão e na CBLC-Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

e) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros, títulos e créditos a receber e empréstimos. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

f) Redução ao valor recuperável (impairment)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

A Seguradora constituiu redução do valor recuperável de prêmios a receber, através de estudo técnico baseado no histórico de cancelamento de prêmios por inadimplência, com base no período decorrido do vencimento dos prêmios e vigência dos contratos expirados. A metodologia também considera a dedução da CAD e da parcela de resseguro relacionada aos prêmios pendentes. A Seguradora constituiu a redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos e sinistros cosseguros cedidos através de estudo técnico baseado em histórico de recebimentos por congêneres. Para operações com resseguradores, constituiu redução ao valor recuperável para os ativos de resseguro através de estudo elaborado pelo Grupo SURA baseado em risco de crédito dos resseguradores.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É efetuada análise anual quanto à capacidade de recuperação dos valores, com o objetivo de assegurar que a perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

3.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, onde a vigência média de diferimento é de 335 dias para Danos e de 235 dias para seguros de Pessoas.

3.4. Bens à venda - salvados

Referem-se a ativos recuperados e registrados após a regulação do sinistro. Os salvados são mensurados através do percentual médio de venda nos últimos 12 meses com base no tipo de monta, aplicados valor de mercado, exceto para os contratos de seguros com valor determinado. Mensalmente é feito acompanhamento do valor médio de venda, e havendo alteração neste percentual, anualmente os valores são ajustados.

3.5. Ativos e passivos de resseguros

Os ativos e passivos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Seguradora em honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro correspondem aos valores das operações realizadas com resseguradores, considerando o prazo esperado para sua realização ou recebimento. Eles são avaliados de maneira consistente com os saldos dos passivos de seguro, que, por sua vez, são compostos principalmente por prêmios cedidos líquidos das comissões incorridas na operação, as quais foram objeto de resseguro, conforme os termos e condições de cada contrato.

3.6. Contratos de arrendamento

É realizado o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para todos os contratos de arrendamento, exceto os de curto prazo e de baixo valor. O ativo é mensurado pelo valor presente das prestações futuras de arrendamento, enquanto o passivo é reconhecido pelas obrigações de pagamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento, e o passivo é amortizado conforme os pagamentos são efetuados. A taxa de desconto média utilizada foi de 9,11% a.a..

Para os contratos de curto prazo e baixo valor, a Seguradora optou pelo expediente prático, onde estes terão suas despesas reconhecidas no resultado do exercício.

3.7. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis e utensílios, benfeitoria em imóveis de terceiros, veículos e equipamentos de informática utilizados para a condução dos negócios da Seguradora em sua atividade operacional.

A Seguradora utiliza o método de depreciação linear, utilizando-se os seguintes períodos correntes:

Imobilizado	Tempo
Imóveis	25 anos
Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Quando ocorrer substituição de algum imobilizado o saldo residual do item é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.8. Intangível

Os saldos do intangível referem-se a:

- i. Desenvolvimento de sistemas: reconhecido como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados são deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.
- ii. Outros ativos intangíveis: investimentos efetuados com canais de distribuição de terceiros para fins de negociação do produto de seguro de afinidade, sendo demonstrado pelo custo, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear ou da forma em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos através do prêmio ganho realizado pelo canal. Mensalmente a Seguradora acompanha a evolução dos canais para certificar que a produção real está em conformidade com o plano de negócio, bem como análise dos canais para identificação de possível redução de valor recuperável de ativos.

Intangível	Tempo
Despesas de desenvolvimento de sistemas (software)	5 anos
Direito de uso de bases de clientes de terceiros (produto de seguro de afinidades)	5 anos/prêmio ganho pelo canal

3.9. Provisões técnicas:

• **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Tem como objetivo garantir a cobertura dos sinistros e das despesas que possam ocorrer durante a vigência dos riscos assumidos. É calculada com base no valor do prêmio comercial, considerando as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. O cálculo segue as diretrizes da Circular SUSEP 678/22, assegurando a adequada alocação dos prêmios ao período de risco correspondente.

• **Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE:** É constituída como complemento à PPNG e corresponde aos prêmios estimados relacionados a riscos já vigentes, mas cujas apólices ainda não foram emitidas. Seu cálculo é realizado com base na metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

• **Provisão de sinistros a liquidar - PSL:** tem como objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros avisados e registrados pela Companhia até a data-base de apuração. A provisão abrange operações de cosseguro aceito, sendo registrada de forma bruta das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. Além disso, a Companhia adota uma política de sinistros que busca assegurar a efetividade na gestão dos riscos, incluindo o tratamento adequado de sinistros, salvados e ressarcimentos.

• **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (incurred but not reported):** tem como objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos, mas ainda não registrados pela Companhia até a data-base de apuração. A provisão abrange operações de cosseguro aceito, sendo registrada de forma bruta das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A apuração do IBNR é realizada com base em metodologia definida em Nota Técnica Atuarial, utilizando uma base histórica de 11 anos, que considera também estimativas de despesas, recuperações de salvados e ressarcimentos.

• **Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (incurred but not enough reported):** O IBNER é apurado com base na experiência da Companhia e refere-se às variações esperadas nos valores dos sinistros registrados na PSL durante o processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. Esse ajuste tem como objetivo refletir a melhor estimativa dos valores finais a liquidar. A metodologia utilizada para o cálculo do IBNER é definida em Nota Técnica Atuarial.

• **Provisão de Despesas Relacionadas - PDR:** A PDR é constituída para refletir as despesas esperadas associadas à regulação dos sinistros avisados, garantindo a cobertura dos custos futuros que a Seguradora incorrerá no processo de liquidação desses sinistros. O cálculo da PDR é realizado com base em metodologias definidas nas Notas Técnicas Atuariais.

• **Teste de Adequação de Passivos - TAP e a Provisão Complementar de Carteira - PCC:** Conforme disposto na Resolução CNSP nº 432/2021, Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações, e requerido pelo CPC 11, o TAP é realizado semestralmente para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados de seguro vigentes na data de apuração. A análise utiliza métodos estatísticos e atuariais baseados em premissas realistas.

Os contratos vigentes foram segmentados por regime financeiro, tipos de produtos (Seguro de Danos e Seguro de Pessoas) e prêmios registrados e não registrados, sendo perfeitamente uma compensação entre déficits e superávits dentro de cada segmentação. Caso haja déficit em qualquer segmentação, é constituída a PCC pelo valor correspondente.

Os fluxos de caixa projetam sinistros futuros e despesas administrativas relacionadas aos contratos. As principais premissas utilizadas incluem:

- i. Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco, definida pela SUSEP, para apuração do valor presente dos fluxos de caixa;
- ii. Melhor estimativa de sinistralidade, considerando os 12 meses anteriores à data-base, para a projeção dos sinistros a ocorrer;
- iii. Despesas administrativas estimadas, excluindo despesas para novos negócios;
- iv. Fluxos de caixa brutos de resseguro;

v. Percentuais de sinistralidade por segmento: Automóvel (61,27%), Patrimonial Affinity (4,76%), Patrimonial (68,46%), Responsabilidade (15,00%), Transporte (52,02%), Global (10,51%), Run-off (46,10%), Garantia (16,69%), Pessoas Coletivo (63,09%), Pessoas Coletivo Affinity (7,88%). Os procedimentos e premissas adotados estão documentados no relatório do Teste de Adequação de Passivos, assinado pelo atuário técnico.

Em 31 de dezembro de 2024, o TAP não indicou a necessidade de constituição de PCC.

3.10. Benefício pós-emprego

A Seguradora constitui provisão atuarial para benefícios pós-emprego em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os cálculos e as premissas utilizadas foram elaborados pelo escritório atuarial Willis Towers Watson, que também preparou relatórios para dar suporte às premissas adotadas e aos valores provisionados.

A Seguradora oferece aos seus aposentados um plano médico assegurado pela Bradesco. Esse plano garante a cobertura médica para todos os funcionários e seus dependentes elegíveis, sendo os custos provisionados no momento da rescisão do contrato de trabalho.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240.000 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada considerando a alíquota de 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. A expectativa de realização dos créditos tributários é baseada no plano de negócio elaborado anualmente pela Administração.

3.12. Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões judiciais - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e remotas pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e perda provável, conforme o pronunciamento técnico CPC 25. As provisões judiciais relacionadas a Sinistro a Liquidar são avaliadas para provisão de perda de acordo com a política da Seguradora, independentemente do pronunciamento técnico CPC 25, reconhece contabilmente 100% para perda provável, 65% para perda possível e 15% para perda remota do valor em risco, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: i. O reconhecimento dos prêmios emitidos de liderança, dos prêmios de cosseguro aceito e das cessões em cosseguros, no resultado, deduzidos de cancelamentos e restituições, ocorre quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. E são apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices; ii. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata" dia, ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios; iii. As despesas da Seguradora são reconhecidas pelo regime de competência.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da Seguradora tem a responsabilidade por estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. Para isso, estabeleceu o Comitê de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e reporta regularmente à Administração sobre suas atividades.

As políticas de risco têm como objetivo identificar e analisar os riscos, definir limites e controles adequados, e monitorar a aderência a esses limites. Essas políticas e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Seguradora. A Seguradora, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A área de Riscos do Grupo supervisiona a conformidade com as políticas estabelecidas e avalia a eficácia da estrutura de gerenciamento em relação aos riscos aos quais a Seguradora está exposta. Os riscos de seguro aos quais a Seguradora está exposta são: subscrição, operacional, legal, mercado, crédito, liquidez e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

4.1. Gerenciamento de risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de que eventos contrários às expectativas comprometam significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido da Seguradora. Esse risco abrange falhas na avaliação e precificação dos riscos assumidos, bem como nas estimativas de provisões técnicas necessárias para garantir a solvência e a capacidade de honrar os compromissos com os segurados.

Os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta são: (i) precificação; (ii) aceitação; e (iii) gerenciamento de riscos de seus clientes. A aceitação de riscos implica compromissos de pagamento de sinistros, exigindo controle rigoroso e análise criteriosa.

Os fatores críticos para o gerenciamento do negócio são: uma subscrição disciplinada, avaliação abrangente dos riscos, processo estruturado de gerenciamento de riscos, precificação e controle de exposição. A Seguradora gerencia esses riscos através da sua estratégia de subscrição, reduzindo sua exposição através de contratos de resseguro e cosseguro.

Para as carteiras de propriedade, engenharia (run-off) e automóvel existe uma gestão preventiva de análise dos riscos, já para a carteira de transporte existe a administração preventiva de sinistros através de recursos tecnológicos e escolha da carga segura transportada.

A estratégia de subscrição busca assegurar que os riscos assumidos estão diversificados em termos de tipo, montante de riscos, indústria e geografia. A precificação de seguros geralmente se baseia no histórico de frequências e severidade média dos sinistros, ajustados pela inflação e tendências futuras a fim de reconhecer antecipadamente as mudanças nos padrões de sinistros. Como as liquidações de sinistros continuam sendo o principal custo da Seguradora, ela cria subsídios nos procedimentos de precificação para despesas de aquisição, despesas de administração, custo de resseguro que cubram adequadamente o custo do capital de exposição aos riscos.

A cessão de riscos por cosseguros e resseguros limita perdas potenciais e diversifica a exposição. Contratos de resseguro incluem cláusulas de excesso de danos, limite de perdas e cobertura de catástrofes, assegurando que as perdas da Seguradora sejam limitadas à parcela retida. Há exposição a riscos de crédito relacionados aos contratos de resseguro, incluindo inadimplência ou descumprimento. Para mitigar esses riscos, a Seguradora seleciona resseguradores com alta solidez financeira, capacidade técnica e preços competitivos. Apesar da cessão, a Seguradora permanece responsável pelos riscos com Seguradora direta.

Todos os produtos e suas respectivas coberturas são previamente autorizados pela SUSEP.

Concentração de riscos dos contratos de seguro
A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades é determinada com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024				Total
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	
Automóvel	462.581	89.503	33.754	23.013	608.851
Transportes	335.342	61.044	1.008	4.227	401.621
Patrimonial	234.128	27.185	4.881	6.887	273.801
Pessoas	125.908	7.854	4.299	3.079	141.140
Outros	13.345	1.441	394	486	15.666
Total	1.171.304	187.027	44.336	37.692	1.440.359

	31/12/2023				Total
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	
Automóvel	391.491	34.967	29.902	13.736	470.096
Transportes	238.061	83.091	1.940	5.257	328.349
Patrimonial	209.936	26.736	2.765	3.626	243.063
Pessoas	116.359	4.299	6.039	2.686	129.383
Outros	17.029	1.723	260	305	19.317
Total	972.876	150.816	40.906	25.610	1.190.208

4.2. Gestão de risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer empresa. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas e impactos sociais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com sua disposição ao risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência tecnológica, incluindo gestão de incidentes e planos de continuidade de negócios.

4.3. Gestão de risco legal

No curso normal de suas atividades, a Seguradora é envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, principalmente aquelas relacionadas ao pagamento de sinistros. O desfecho dessas questões legais/judiciais se altera ao longo do tempo, e consequentemente, o montante das obrigações da Seguradora também se altera, podendo assim afetar negativamente o resultado da Seguradora.

A Seguradora por meio de seu departamento jurídico acompanha periodicamente o andamento de suas ações judiciais de forma a mitigar os riscos legais/judiciais e reduzir eventuais desembolsos financeiros.

4.4. Gestão de risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que haja alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - que irão afetar os resultados da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxas de juros

O risco de taxa de juros advém de a possibilidade da Seguradora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos.

A Seguradora possui contrato de gestão de investimento com instituição financeira, o qual leva em consideração diversos aspectos, tais como: oportunidades de investimentos, limites de investimentos e aspectos de liquidez. A Seguradora em 31 de dezembro de 2024 contabiliza seus ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

O principal objetivo da estratégia de investimento da Seguradora é maximizar o retorno dos investimentos para principalmente manter os ativos garantidores em montante suficiente para cobertura das provisões técnicas e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por instituição financeira externa. Todos os investimentos novos ou realiações são avaliados individualmente e submetida à aprovação da Administração.

Taxas de câmbio de operações em moeda estrangeira

Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e os passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

4.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos relativos às aplicações financeiras junto às instituições financeiras e dos créditos a receber de seguros emitidos e resseguros/cosseguros cedidos.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras a política adotada pela Administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais se podem operar os limites de alocação de recursos e os objetivos.

A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre "AAA" até "BB-", ou seja, empresas que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade alinhada à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança.

Com relação ao risco de recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação.

A Seguradora registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a "Prêmios a receber". Em 31 de dezembro de 2024 a exposição estimada ao risco de crédito para "Prêmios a receber" está demonstrada na Nota Explicativa nº 7.

Na avaliação da Seguradora os montantes que não sofreram

SEGUROS SURA S.A.
 CNPJ 33.065.699/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

-★ continuação

4.7. Risco regulatório e de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo requerido (CMR) para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

O CMR determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da Seguradora, e é composto por quatro riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional, conforme exigência do órgão regulador.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõem o capital mínimo requerido, conforme Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores.

	31/12/24	31/12/23
Patrimônio líquido	351.815	319.688
(I) Ajustes contábeis	(113.647)	(104.045)
Despesas antecipadas	(55)	(44)
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social	(43.944)	(43.626)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(95)	(210)
Ativos intangíveis	(57.946)	(45.732)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(11.607)	(14.433)
(II) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	49.216	23.023
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	49.216	23.023
PLA nível 3	24.143	25.744
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	24.143	25.744
Patrimônio líquido ajustado (a)	287.384	238.666
Capital mínimo requerido (b) - maior entre (c) e (d)	228.491	171.624
Capital base (c)	8.100	8.100
Capital de risco (d)	228.491	171.624
Capital adicional baseado no risco de subscrição	207.538	152.351
Capital adicional baseado no risco de crédito	20.566	18.866
Capital adicional baseado no risco operacional	8.111	7.241
Capital adicional baseado no risco de mercado	6.662	6.317
Correlação	(14.386)	(13.151)
Suficiência de capital (a - b)	58.893	67.042
Ativos garantidores	423.230	425.042
Necessidade de cobertura	292.595	249.703
Suficiência de ativos garantidores (NE 18)	130.635	175.339
% Líquidez de ativos garantidores	44,65%	70,22%

4.8. Análise de sensibilidade

Sensibilidade a riscos de seguros - sinistralidade (risco de seguros)

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR), sendo complementada pelo IBNER. O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício (bruto do efeito de impostos), caso a sinistralidade varie em 5 pontos percentuais em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:

	Piora de 5 p.p.s	Cenário base (valores reais)	Melhora de 5 p.p.s
Prêmios ganhos	1.286.361	1.286.361	1.286.361
Sinistros ocorridos	(689.834)	(656.985)	(624.136)
Índice de sinistralidade	(53,63)%	(51,07)%	(48,52)%

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros (risco de mercado)

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução no rendimento das aplicações financeiras.

Se as taxas de juros de CDI fossem 1% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 aumentaria ou diminuiria, conforme tabela abaixo:

	31/12/2024	Impactos no resultado e no patrimônio Líquido - 100 BPS	%
Ativos financeiros	359.206	(3.592)	(0,85)%
Pós-fixado	64.024	(640)	(0,15)%
Inflação	423.230	(4.232)	(1,00)%

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros: Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O CPC 50 é aplicável desde 1º de janeiro de 2023, mas só será adotado quando referendado pela SUSEP. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição das aplicações está distribuída da seguinte forma:

	contratada %	Nível 1	Nível 2	Total	%	Nível 1	Nível 2	Total	%
Total de títulos ao custo amortizado	64.024	-	64.024	15%	61.128	-	61.128	14%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Pré-fixado + inflação	64.024	-	64.024	15%	61.128	-	61.128	14%
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado	235.086	124.120	359.206	85%	238.323	125.591	363.914	86%	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	CDI	221.047	-	221.047	52%	212.262	-	212.262	50%
Letras Financeiras - LF	CDI	-	81.147	81.147	19%	-	106.012	106.012	25%
Outras aplicações	CDI até CDI+	-	42.973	42.973	10%	-	7.395	7.395	2%
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	CDI	14.039	-	14.039	3%	14.246	-	14.246	3%
CDB	-	-	-	0%	-	12.184	-	12.184	3%
Debêntures	-	-	-	0%	11.815	-	11.815	3%	
Total aplicações financeiras	299.110	124.120	423.230	100%	299.451	125.591	425.042	100%	
Circulante	230.220	-	230.220	-	230.220	-	230.220	-	
Não circulante	193.010	-	193.010	-	193.010	-	193.010	-	

A custódia das cotas e respectivos ativos financeiros dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos respectivos administradores.

a) Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

i. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

ii. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

iii. Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

b) Movimentação

O valor justo por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	425.042	382.632
(+) Aplicações	231.701	422.194
(-) Resgates	(279.474)	(425.095)
(+/-) Rendimentos	45.961	45.311
Saldo final	423.230	425.042

c) Carteira de aplicações por vencimento

	31/12/2024					
	De 1 até 3 meses	De 4 até 6 meses	De 6 até 12 meses	Acima de 1 ano	Mais de 5 anos	Total
Títulos ao custo amortizado	-	-	-	50.980	13.044	64.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	50.980	13.044	64.024
Títulos ao valor justo por meio do resultado	126.332	14.220	89.668	128.986	-	359.206
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	97.662	-	57.037	66.348	-	221.047
Letras Financeiras - LF	14.631	14.220	32.631	19.665	-	81.147
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	14.039	-	-	-	-	14.039
Outras aplicações	-	-	-	42.973	-	42.973
Total aplicações financeiras	126.332	14.220	89.668	129.966	13.044	423.230
	31/12/2023					
	De 1 até 3 meses	De 4 até 6 meses	De 6 até 12 meses	Acima de 1 ano	Mais de 5 anos	Total
Títulos ao custo amortizado	-	-	-	48.675	12.453	61.128
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	48.675	12.453	61.128
Títulos ao valor justo por meio do resultado	37.250	17.411	34.465	274.788	-	363.914
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.776	-	2.568	187.918	-	212.262
Letras Financeiras - LF	1.228	5.227	20.082	79.475	-	106.012
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	14.246	-	-	-	-	14.246
CDB	-	12.184	-	-	-	12.184
Debêntures	-	-	11.815	-	-	11.815
Outras aplicações	-	-	-	7.395	-	7.395
Total aplicações financeiras	37.250	17.411	34.465	323.463	12.453	425.042

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) *Aging* dos créditos das operações com seguros e resseguros

	31/12/2024			31/12/2023		
	Operações com seguradoras	Operações com resseguradoras	Total	Operações com seguradoras	Operações com resseguradoras	Total
A vencer	697.729	7.721	705.450	520.734	5.331	(2) 526.063
Até 30 dias	231.721	202	231.923	234.629	653	(2) 220.481
De 31 a 60 dias	79.432	196	80.628	63.768	553	64.321
De 61 a 120 dias	107.962	435	108.397	89.746	1.107	90.853
De 121 a 180 dias	76.184	376	76.560	62.072	1.079	63.151
De 181 a 365 dias	122.706	275	122.981	74.971	1.029	76.000
Acima de 365 dias	79.724	6.237	85.961	10.347	910	11.257
Vencido	17.494	8.304	25.798	78.787	7.675	42.896 68.685
Até 30 dias	11.366	3.164	14.530	20.752	35.282	11.760
De 31 a 60 dias	1.454	347	1.801	5.143	1.765	491
De 61 a 120 dias	605	1.681	2.286	13.976	856	1.804
De 121 a 180 dias	287	793	1.080	10.405	921	1.106
De 181 a 365 dias	744	877	1.621	5.068	1.616	1.440
Acima de 365 dias	3.038	1.442	4.480	8.913	1.196	2.368
Subtotal	715.223	16.025	731.248	786.943	538.848	13.006 42.894 594.748
Provisão para redução ao valor recuperável	(3.675)	(1.628)	(5.303)	(820)	(1.822)	(2.782) (5.424)
Total do circulante e não circulante	711.548	14.397	725.945	781.513	538.028	11.184 40.112 589.324

b) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Total	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	364.987	(1.634)	363.353	266.022	(372)	265.650
Prêmios emitidos líquido	221.116	(513)	220.603	156.056	(292)	155.764
Adicional de fracionamento	96.788	(1.160)	95.628	84.690	(66)	84.624
IOF	22.499	(241)	22.258	21.082	(80)	21.002
Prêmios recebidos	7.986	(11)	7.975	7.418	(5)	7.413
Riscos vigentes não emitidos - RVNE	1.847	(116)	1.731	3.580	(5)	3.575
Variação cambial	-	-	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Prêmio de assistência	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	715.223	(3.675)	711.548	538.848	(820)	538.028

c) Abertura por ramo

	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Total	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	364.987	(1.634)	363.353	266.022	(372)	265.650
Transportes	221.116	(513)	220.603	156.056	(292)	155.764
Patrimonial	96.788	(1.160)	95.628	84.690	(66)	84.624
Pessoas	22.499	(241)	22.258	21.082	(80)	21.002
Responsabilidades	7.986	(11)	7.975	7.418	(5)	7.413
Garantia	1.847	(116)	1.731	3.580	(5)	3.575
Total	715.223	(3.675)	711.548	538.848	(820)	538.028

d) Prazo médio de parcelamento de prêmios a receber

O prazo médio de parcelamento dos prêmios a receber é de 4 meses para seguros de danos e 2 meses para seguros de pessoas.

8. ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição dos ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2024			
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de riscos vigentes não emitidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR
Patrimonial	40.967	8.900	56.305	6.554
Transportes	23.			

→ continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Baixas/vendas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Despesas de desenvolvimento de sistemas	43.539	12.737	(699)	(12.772)	42.805
Direito de uso de bases de clientes	2.193	14.750	-	(1.802)	15.141
Total	45.732	27.487	(699)	(14.574)	57.946

13. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

A Seguradora adotou a partir de janeiro de 2021, o IFRS 16 (CPC 6) e iniciou os registros e contabilizações de contratos de direitos de uso de arrendamento mercantil. Os valores estão sendo detalhados a seguir:

a) Ativos de direito de uso

	Saldo final em 31 de dezembro de 2023	Saldo final em 31 de dezembro de 2024
Novos contratos	10.669	10.252
Baixa/cancelamento contratos	(14.438)	
Depreciação	(1.400)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	15.134	10.252

b) Passivo de arrendamento

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Novos contratos	10.762	10.762
Apropriação dos juros	(582)	(582)
Pagamentos	(2.209)	(2.209)
Baixa/cancelamento contratos	(12.791)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.314	10.314

14. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR E IMPOSTOS A RECOLHER

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações prestação de serviços	66.204	47.344
Participação nos lucros	9.897	6.360
Honorários/outros	-	66
Outras contas a pagar	12.577	14.856
Total obrigações a pagar	88.678	68.626
Impostos retidos (renda e serviços)	3.182	3.045
Imposto de operações financeiras	40.670	28.614
Contribuições previdenciárias e FGTS	6.865	1.878
Impostos e contribuições	12.693	13.802
Total impostos a recolher	63.410	47.339
INSS sobre férias	1.646	1.430
FGTS sobre férias	503	437
Provisão de férias	6.283	5.457
Total encargos trabalhistas	8.432	7.324
Total contas a pagar	160.520	123.289

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2024	31/12/2023
Operações com resseguradoras	169.507	228.183
Corretores de seguros e resseguros	114.765	94.584
Operações com seguradoras	26.946	21.295
Prêmios a restituir	3.543	2.764
Total	314.761	346.826

a) Operações com seguradoras

Referem-se aos saldos a pagar com operações de cosseguros aceitas e cedidas com congêneres. As comissões a pagar aos corretores devem-se às cobranças de prêmios e recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios	24.464	19.113
Comissões	2.416	2.144
Salvados	38	66
Total das operações com seguradoras	26.946	21.295

b) Operações com resseguradoras

É composto por prêmio de resseguro líquido de comissão, juntamente com as obrigações a pagar para os resseguradores. Segue a composição das operações com resseguradoras por tipo de ressegurador:

	31/12/2024	31/12/2023
Local	163.993	225.190
Admitido	4.735	1.077
Eventual	779	1.916
Total operações com resseguradoras	169.507	228.183

c) Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de prêmios e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	31/12/2024	31/12/2023
Transportes	56.236	41.842
Automóvel	32.558	22.025
Patrimonial	17.943	24.316
Pessoas	6.962	5.257
Responsabilidades	996	1.144
Outros	70	-
Total corretores de seguros e resseguros	114.765	94.584

Valores bruto de resseguro

Ano de ocorrência	Anos anteriores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Sinistros incorridos													
Até a data-base		302.590	269.577	288.564	311.175	308.599	352.694	449.185	473.359	531.986	589.679	741.943	
1 ano depois		268.409	266.676	274.249	290.770	334.090	351.888	419.067	489.119	549.912	606.761	-	
2 anos depois		272.112	265.804	267.922	285.912	321.804	346.181	414.170	491.697	555.049	-	-	
3 anos depois		275.038	266.409	266.928	285.252	311.984	345.005	418.892	490.895	-	-	-	
4 anos depois		275.248	267.085	265.684	283.215	312.265	345.623	419.354	-	-	-	-	
5 anos depois		278.989	268.082	267.695	288.568	311.092	347.918	-	-	-	-	-	
6 anos depois		273.086	269.259	267.722	288.871	309.607	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		272.763	267.555	266.808	287.410	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		275.968	266.929	267.501	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		278.261	266.852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		284.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2024		284.376	266.852	267.501	287.410	309.607	347.918	419.354	490.895	555.049	606.761	741.943	4.577.666
Sinistros pagos													
Até a data-base		158.953	157.007	178.804	177.648	183.795	224.624	255.333	308.753	338.402	370.321	478.405	
1 ano depois		234.553	244.639	249.577	262.870	266.991	319.695	389.485	456.186	514.244	558.018	-	
2 anos depois		246.553	254.287	256.540	273.642	287.561	328.235	402.418	469.788	525.486	-	-	
3 anos depois		248.827	256.846	258.280	275.652	289.833	333.201	406.772	475.000	-	-	-	
4 anos depois		252.390	259.763	260.315	276.411	292.450	335.591	412.983	-	-	-	-	
5 anos depois		256.035	261.013	261.822	279.540	294.228	336.798	-	-	-	-	-	
6 anos depois		256.853	263.200	262.147	281.481	296.792	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		259.538	263.311	262.780	282.915	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		259.763	263.987	262.916	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		262.561	264.395	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		263.780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2024		263.780	264.395	262.916	282.915	296.792	336.798	412.983	475.000	525.486	558.018	478.405	4.157.488
Varição entre estimativa inicial e final		18.214	2.725	21.063	23.765	(1.008)	4.776	29.831	(17.536)	(23.063)	(17.082)	(17.082)	
% de variação entre estimativa inicial e final		6,40%	1,02%	7,87%	8,27%	(0,33)%	1,37%	7,11%	(3,57)%	(4,16)%	(2,82)%		
Reconciliação com o balanço patrimonial(**)													
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	18.801	20.596	2.457	4.585	4.495	12.815	11.120	6.371	15.895	29.563	48.743	263.538	420.178
PSL + IBNR - Despesa	884	60	309	124	113	1.173	433	218	1.070	452	876	5.343	10.171
PSL + IBNR - Salvado e ressarcimento	(23)	(200)	-	-	(264)	(199)	(863)	(1.462)	(333)	(2.914)	(9.993)	(62.535)	(78.763)

Valores líquido de resseguro

Ano de ocorrência	Anos anteriores	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Sinistros incorridos													
Até a data-base		272.899	234.044	257.098	265.816	220.913	240.618	225.514	257.599	358.759	369.828	559.859	
1 ano depois		231.671	228.136	244.717	250.950	299.646	321.708	211.371	279.016	372.663	387.861	-	
2 anos depois		231.618	231.569	245.327	252.661	299.919	230.320	213.130	283.904	379.370	-	-	
3 anos depois		234.464	233.380	247.706	254.154	300.517	233.069	217.906	289.083	-	-	-	
4 anos depois		234.280	233.540	247.341	253.538	302.888	234.641	219.841	-	-	-	-	
5 anos depois		235.597	233.860	248.504	255.866	303.943	234.759	-	-	-	-	-	
6 anos depois		236.684	234.588	248.901	256.177	305.330	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		238.227	234.201	248.909	255.670	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		240.735	233.581	249.596	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		242.301	233.553	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		244.064	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2024		244.064	233.553	249.596	255.670	305.330	234.759	219.841	289.083	379.370	387.861	559.859	3.358.986
Sinistros pagos													
Até a data-base		147.120	147.462	171.751	169.805	145.217	154.141	144.361	164.417	233.717	243.558	365.833	
1 ano depois		209.691	215.060	233.576	240.733	290.433	219.982	201.910	263.230	360.482	368.595	-	
2 anos depois		217.398	224.074	239.653	245.468	294.072	224.369	207.850	273.703	369.584	-	-	
3 anos depois		219.574	226.457	241.551	247.106	294.591	227.501	211.389	278.132	-	-	-	
4 anos depois		223.356	227.553	243.552	247.768	296.168	229.398	214.374	-	-	-	-	
5 anos depois		226.385	228.728	244.951	250.013	297.627	230.428	-	-	-	-	-	
6 anos depois		227.178	230.376	245.273	251.053	298.829	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		229.863	230.416	245.906	252.431	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		229.991	231.088	246.042	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		231.762	231.485	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		232.740	-	-	-	-	-						

SEGUROS SURA S.A.
CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

→ continuação

18. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantém os seguintes títulos e valores mobiliários retidos ou vinculados à SUSEP:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - seguros	1.006.374	847.019
(-) Deduções/exclusões	(713.779)	(597.316)
Direito creditório	(515.450)	(335.116)
Custo de aquisição diferidos redutores	(27.537)	(38.437)
Ativos de resseguro redutores	(170.792)	(223.763)
Total a ser coberto	292.595	249.703
Títulos de renda fixa - públicos	366.218	391.586
Títulos de renda fixa - privados	42.973	19.210
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	14.039	14.246
Total	423.230	425.042
Suficiência	130.635	175.339

19. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos. Essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão judicial	209.225	201.969
Depósito judicial	288.494	275.000
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (a)	884	1.028
Provisões trabalhistas (b)	365	22
Provisões cíveis (c)	448	448
Sinistros	-	-
Total	210.474	203.432
Depósito judicial	288.494	275.470

a) Provisões fiscais e previdenciárias

Os valores registrados nessa rubrica são relacionados, principalmente, a discussões judiciais, registradas no exigível a longo prazo. Essas ações, quando requeridas, estão amparadas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo. A Seguradora constitui provisão, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos, conforme suas probabilidades de êxito e relevância. A Administração da Seguradora atualiza os depósitos judiciais fiscais e seus passivos correspondentes de acordo com as taxas vigentes.

As principais ações fiscais e os saldos dos correspondentes depósitos judiciais podem assim, serem resumidos:

- COFINS - A Seguradora questiona judicialmente a inconstitucionalidade da cobrança de 3% (COFINS) por falta de recepção pela Lei nº 9.718/98.
- PIS - Empresa objetiva recolher o PIS pelos critérios da Lei Complementar nº 07/70, pois a Emenda Constitucional nº 1/94 ao instituir o Fundo Social vedou a regulamentação do dispositivo por Medida Provisória.
- INSS - Questionamento sobre comissão de corretagem incidente no questionamento sobre o aumento da alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) incidente sobre a folha de pagamento, conforme regulamento do Instituto Nacional da Previdência Social.
- ISS - Ação referente ao questionamento dos recolhimentos efetuados com retenções de prestações de serviços.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão judicial	182.615	241.376
Depósito judicial	175.152	231.128
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.180	37.206
Programa de Integração Social - PIS	2.430	2.316
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	6.983
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	499
Imposto sobre Serviços - ISS	3.569	465
Total	209.225	201.969
Depósito judicial	288.494	275.000

b) Provisões judiciais - trabalhistas

Ações de vínculo empregatício e direitos trabalhistas referem-se aos questionamentos de equiparação salarial e horas extras, pedidos de indenização de empresas jurídicas que atuavam como representações da Seguradora e estão registradas de acordo com suas possibilidades de perda estabelecidas pelos consultores jurídicos da Seguradora.

c) Provisões judiciais - cíveis

O saldo das provisões judiciais cíveis refere-se, basicamente, a ações de natureza cível não relacionadas a ações de seguros e que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

d) Composição das provisões judiciais

	31/12/2024				31/12/2023			
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%
Fiscais								
Provável	1	2.431	2.431	100%	4	180.887	180.887	100%
Possível	3	184.855	184.855	100%	2	21.082	21.082	100%
Remota	1	21.939	21.939	100%	-	-	-	0%
Total	5	209.225	209.225		6	201.969	201.969	
Trabalhistas								
Provável	10	884	884	100%	5	1.028	1.028	100%
Possível	-	-	-	0%	4	164	-	0%
Total	10	884	884		9	1.192	1.028	
Cíveis								
Provável	33	365	365	100%	45	1.003	435	43%
Possível	42	1.011	-	0%	68	11.086	-	0%
Remota	48	1.224	-	0%	64	2.259	-	0%
Total	123	2.600	365		177	14.348	435	
Total geral	138	212.709	210.474		192	217.509	203.432	

e) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	201.969	1.028	435	203.432
Adições	2.354	162	63	2.579
Baixas	(1.436)	-	(168)	(1.604)
Pagamentos	(808)	(5)	(356)	(1.169)
Alterações de provisão	635	(301)	391	725
Atualização monetária	6.511	-	-	6.511
Saldo em 31 de dezembro de 2024	209.225	884	365	210.474

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Seguradora constitui uma provisão atuarial em virtude de benefício pós-emprego. Os cálculos e premissas utilizadas foram elaborados de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Foi contratado o escritório atuarial Willis Towers Watson para efetuar os cálculos e preparar relatórios que suportam as premissas utilizadas e os valores constituídos.

a) Análise de sensibilidade das hipóteses

	31/12/2024	31/12/2023
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto real	11% a.a. (7,25% a.a. real)	9% a.a. (5,55% a.a. real)
Taxa de inflação geral	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator envelhecimento (aging factor)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de tendência de custo de assistência médica	6,60% (3,00% a.a. real)	6,60% (3,00% a.a. real)
Hipóteses biométricas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por gênero	AT-2000 segregada por gênero
Tábua de mortalidade pessoas com deficiência	RRB-1983	RRB-1983
Turnover	média 19%	média 24%
Aposentadoria	65 anos homens/ 62 anos mulheres	65 anos homens/ 62 anos mulheres

b) Movimentação do passivo de benefício pós-emprego

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.805	1.188
Impacto no resultado	1.188	28
Custo atual do serviço	1.160	1.160
Juros líquidos sobre o passivo de benefício definido líquido	(72)	(72)
Impacto em outros resultados abrangentes (ORA)	(1.310)	(1.361)
Perda atuarial devido à experiência	1.361	(2.671)
Ganho atuarial devido a alterações de premissas	(2.671)	(38)
Benefícios pagos pela Seguradora	(38)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.645	12.645

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social está representado por 39.269.781 ações (39.269.781 ações em 31 de dezembro de 2023) ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social apresentou em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 362.222 (R\$ 362.222 em 31 de dezembro de 2023).

b) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c) Outras reservas de lucro

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, sujeita à deliberação da Assembleia Geral.

d) Composição acionária

	31/12/2024	%
Inversões Sura Brasil Participações	39.269.735	99,9999%
Minoritários - pessoa física	46	0,0001%
Total	39.269.781	100%

22. RAMOS DE ATUAÇÃO DA SEGURADORA

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Principais classes de negócios	31/12/2024			Índices - %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Sinistralidade	Comissionamento
Automóveis	524.872	(342.577)	(76.318)	65%	15%
Transportes	346.622	(166.265)	(90.932)	48%	26%
Patrimoniais	256.462	(74.340)	(97.947)	29%	38%
Pessoas	141.405	(67.487)	(47.697)	48%	34%
Responsabilidades	14.600	(6.113)	(2.699)	42%	18%
Outros	2.400	(203)	(535)	8%	22%
Total	1.286.361	(656.985)	(316.128)	51%	25%

Principais classes de negócios

	31/12/2023	Índices - %
Prêmios ganhos	1.157.634	64%
Sinistros ocorridos	(584.296)	27%
Custos de aquisição	(311.252)	37%
Sinistralidade	50%	27%
Comissionamento	27%	

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Prêmios emitidos

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios diretos	1.440.359	1.190.208
Prêmios diretos	1.456.868	1.168.691
Co-seguro aceito de congêneres	13.574	4.156
Co-seguro cedido a congêneres	(24.056)	(5.918)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos (RVNE)	(6.027)	23.279
b) Variações das provisões técnicas de prêmios	(153.998)	(32.574)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	(153.998)	(32.574)
c) Prêmios ganhos	1.286.361	1.157.634
d) Sinistros ocorridos	(656.985)	(584.296)
Indenizações avisadas (PSL)	(786.318)	(640.512)
Recuperação de sinistros com congêneres	16.431	(10.404)
Salvados e ressarcimentos	120.476	73.301
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(8.391)	(13.185)
Variação da provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.650	8.757
Serviços de assistência	(2.833)	(2.253)
e) Custos de aquisição	(316.128)	(311.252)
Comissões sobre prêmios	(332.673)	(262.328)
Recuperação de comissões de congêneres	8.573	1.491
Variação do custo de aquisição diferido	27.973	(26.762)
Outros custos de aquisição	(20.001)	(23.653)
f) Outras receitas e despesas operacionais	(32.792)	(28.038)
Outras receitas operacionais	4.008	4.397
Ágio na transferência de carteira	-	(2.063)
Outras receitas operacionais	4.008	6.460
Outras despesas operacionais	(36.800)	(32.435)
Redução ao valor recuperável	(994)	2.089
Comissões adicionais de performance a corretores	(21.837)	(19.986)
Outras despesas operacionais	(13.969)	(14.538)
g) Resultado com resseguro	(70.176)	(65.010)
Receita com resseguro	219.130	290.173
Indenização de sinistros	181.416	246.795
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	7.033	(7.989)
Variação da provisão de despesas relacionadas (PDR)	(1.833)	(1.889)
Receita com participações em lucros	32.514	53.256
Despesa com resseguro	(289.306)	(355.183)
Prêmios	(573.919)	(405.788)
Comissões	43.849	48.849
Cancelamentos	276.957	39.765
Restituição	3.932	1.914
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	10.173	(15.375)
Provisão de prêmios não ganhos	(18.422)	4.049
Comissões diferidas	941	(3.198)
Salvados e ressarcimentos	(32.817)	(25.399)
h) Despesas administrativas	(184.756)	(162.023)
Despesas com pessoal próprio	(101.639)	(83.122)
Despesas com serviços de terceiros	(27.963)	(23.605)
Despesas com localização e funcionamento	(18.876)	(18.318)
Despesas com publicidade e propaganda	(19.003)	(20.250)
Despesas com publicações	(10)	64
Despesas com depreciação e amortização	(17.474)	(16.648)
Despesas com donativos e contribuições	(457)	(292)
Outras despesas administrativas	666	148
i) Despesas com tributos	(34.716)	(28.487)
Impostos federais	(770)	(360)
Impostos estaduais	(808)	1.834
Impostos municipais	569	(631)
COFINS	(25.002)	(20.447)
PIS	(4.063)	(5.025)
Contribuição sindical	(111)	(36)
Taxa de fiscalização	(4.404)	(3.811)
Outros tributos	(127)	(11)
j) Resultado financeiro	52.469	48.999
Receitas financeiras	96.162	84.819
Receita com títulos de renda fixa privados	15.228	11.061
Receita com títulos de renda fixa públicos	29.386	30.585
Receitas financeiras com operações de seguros	36.055	25.185
Receita com atualização de depósitos judiciais	13.494	11.844
Receita com quotas de fundos de investimentos	1.572	3.834
Outras receitas financeiras	427	2.310
Despesas financeiras	(43.693)	(35.820)
Despesas com títulos de renda fixa	(225)	(209)
Despesas financeiras com operações de seguros	(32.668)	(24.344)
Juros de contrato de arrendamento	(582)	(211)
Despesas financeiras de tributos	(8.275)	(9.375)
Despesas financeiras com impostos e contribuições	(330)	(273)
Outras despesas financeiras	(1.613)	(1.408)
k) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(164)	23
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(164)	23

→ continuação

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ 33.065.699/0001-27



PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Seguros SURA S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 33.065.699/0001-27

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A., em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Seguros SURA S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguros SURA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos

de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Seguros SURA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Mário Costa

Atuário MIBA 933

FORVIS MAZARS SERVICOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170

CNPJ nº 41.921.418/0001-19

Avenida Trindade, 254, salas 1314 e 1315, Edifício Office Bethaville, Bairro Bethaville I, na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, CEP: 06404-326

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

Seguros SURA S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seguros SURA S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguros SURA S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

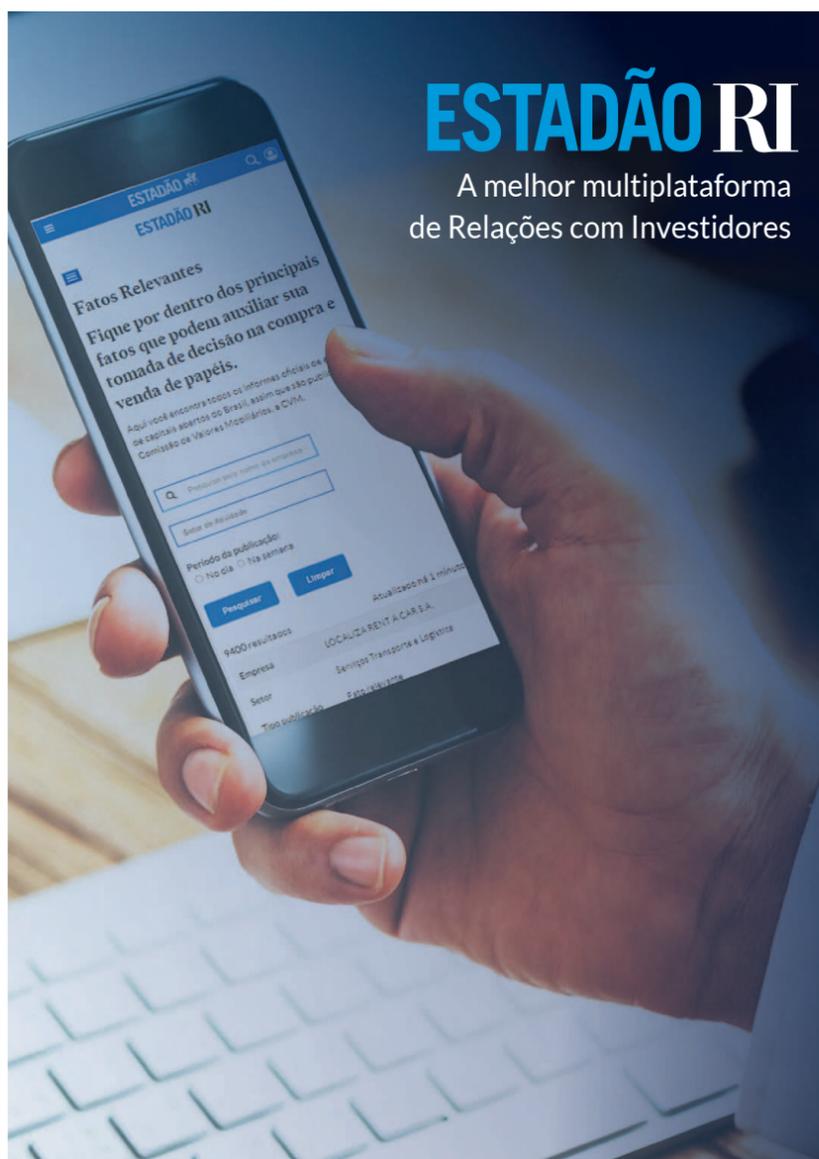
CRC-25P034519/0

Paula Colodete Lucas

Contadora CRC-SP290864/0

Shape the future
with confidence

www.segurossura.com.br



ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma
de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.



AMBIENTE
SEGURO PARA
COMUNICAÇÃO
DAS MARCAS



INFORMAÇÕES
EM TEMPO REAL



BUSCADOR
INTELIGENTE



PUBLICIDADE
E CONTEÚDO
INTEGRADOS



CONTEÚDOS
DE E&N
RELACIONADOS



PORTAL
ESTADÃO RI



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS
RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE
ENVOLVEM AS PRINCIPAIS
EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

ELDORADOFM
1073ESTADÃO
BLUE STÚDIOAGÊNCIA
ESTADO

broadcast